

A história de uma cooperativa habitacional no Rio de Janeiro: entre as “lutas” cotidianas e a construção de “laços de solidariedade”

*Geisa Bordenave*¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo: A Cooperativa Habitacional Esperança se tornou símbolo de “luta” bem-sucedida e moradia de alta qualidade construída por movimentos populares. Sua construção ocorreu através dos regimes de mutirão e autogestão, que são categorias essenciais para pensar as formas de ação do movimento de moradia em questão. Este artigo é fruto de uma etnografia realizada entre os anos de 2014 e 2018, e nas reflexões trazidas, as múltiplas formas de compreender o mutirão e a autogestão têm destaque: de um lado lideranças do movimento e atores ligados a entidades não governamentais e religiosas compreendem o mutirão como um momento “pedagógico”, de construção de “laços de solidariedade na comunidade” e fundamental para garantir o caráter político/coletivo da cooperativa; de outro lado os futuros moradores encaram como o “sacrifício” necessário para ter seu “direito à moradia” garantido.

Palavras-chave: Movimento de moradia; cooperativa habitacional; lutas por moradia; autogestão.

¹ Doutora e mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Sociologia Urbana (UERJ) e graduada em Serviço Social pela UFRJ. Professora do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas Simonsen (FIS), integrante do grupo de pesquisa Dispositivos, Tramas Urbanas, Ordens e Resistências (Distúrbio) no PPCIS/UERJ e do Laboratório de Estudos Urbanos (LEUS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-doutoranda no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

The story of a housing cooperative in Rio de Janeiro: between everyday “struggles” and building “bonds of solidarity”

Abstract: Cooperativa Habitacional Esperança has become a symbol of successful “struggle” and high-quality housing built by popular movements. Its construction took place through collective effort and autogestion (self-management) regimes, which are essential categories for thinking about the forms of action of the housing movement. This article is the result of an ethnography carried out from 2014 to 2018. Among the reflections brought up by the ethnography, the multiple ways of understanding the task force and autogestion (self-management) are highlighted: on the one hand, leaders of the movement and actors linked to non-governmental and religious entities understand the task force as a “pedagogical” moment, of building “bonds of solidarity in the community” and essential to guarantee the political/collective character of the cooperative; on the other hand, future residents see it as the “sacrifice” necessary to secure their “right to housing”.

Keywords: Housing movement; housing cooperative; housing struggles; autogestion; self-management.

Historia de una cooperativa de vivienda em Rio de Janeiro: entre las “luchas cotidianas” y la construcción de “lazos de solidaridad”

Resumen: La Cooperativa Habitacional Esperança se ha convertido em un símbolo de “lucha” exitosa y viviendas de alta calidad construidas por movimientos populares. Su construcción se dio a través del esfuerzo colectivo y los regímenes de autogestión, categorías fundamentales para pensar las formas del movimiento habitacional em cuestión. Este artículo es el resultado de una etnografía realizada entre los años 2014 y 2018, y em las reflexiones aportadas se destacan las múltiples formas de entender el grupo de trabajo y la autogestión: por un lado, líderes del movimiento y actores vinculados a entidades no gubernamentales y religiosas entienden el trabajo colectivo como un momento “pedagógico”, de construcción de “lazos de solidaridad em la comunidad” y fundamental para garantizar el carácter político/colectivo de la cooperativa; por otro lado, los futuros residentes los ven como el “sacrificio” necesario para garantizar su “derecho a la vivienda”.

Palabras clave: movimiento de vivienda; cooperativa de vivienda; luchas por la vivienda; autogestión.

A construção de esperança e as lutas por moradia

A Cooperativa Esperança, composta por setenta unidades habitacionais e localizada no bairro Colônia², em Jacarepaguá³, foi inaugurada em maio de 2015. A construção envolveu a atuação de diversos atores, tais como a organização do movimento de moradia União por Moradia Popular do Rio de Janeiro (UMP-RJ), a assessoria técnica da Fundação Bento Rubião (FBR), e contou com financiamento de um programa federal denominado Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV Entidades)⁴. Durante a pesquisa realizada para a minha tese de doutorado entre os anos de 2014 e 2018⁵, acompanhei a conclusão do processo de construção das casas, a inauguração da cooperativa habitacional e algumas questões “pós-inauguração”. Todo o processo se deu de forma “autogestionária”, de acordo com os representantes da União e moradores com os quais conversei durante a pesquisa, e a construção das habitações ocorreu através de mutirão. Assim, compreende-se que todas as decisões aconteciam de forma coletiva e a construção das casas, portanto, também ocorreu de forma coletiva.

Desde o processo de organização até a inauguração da cooperativa Esperança se passaram dezesseis anos. Meus primeiros contatos com o grupo, ainda em fase de organização, ocorreram em meados de 2007, como estagiária da FBR. Retomei este contato para a realização da tese de doutorado no final de 2014. A construção de Esperança é, portanto, contada pelos interlocutores em campo como um longo processo de lutas: “foram dezesseis anos de muita luta”, foi uma frase que ouvi algumas vezes durante minhas idas a campo, entrevistas e conversas informais⁶.

Esta categoria – “luta” -, que é extremamente heterogênea, permeou minhas observações e análises referentes ao campo de pesquisa. A categoria “luta” adquire na fala de meus interlocutores um sentido “ético e, também, épico” (COMERFORD, 1999), que visa demonstrar uma postura de resistência e enfrentamento diante das dificuldades que encontram no caminho para alcançar o objetivo almejado. A luta também surge associada à valorização do longo tempo de luta. No caso de Esperança, o longo tempo comprova certa postura de resistência tanto por parte dos moradores quando das lideranças do movimento. Isto porque o tempo é também a prova de que a luta foi “dura”; é a matéria de que a “luta” é

² Área da antiga Colônia Juliano Moreira, o reconhecimento da Colônia como um bairro do município do Rio de Janeiro ocorre somente no ano de 2011.

³ A região de Jacarepaguá está situada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente Jacarepaguá engloba onze sub-bairros: Anil, Cidades de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara e Vila Valqueire.

⁴ O Minha Casa Minha Vida Entidades foi uma vertente do Minha Casa Minha Vida tradicional. Diferentemente da versão hegemônica do programa, o Entidades possuía como pressuposto o repasse do crédito para a construção para grupos da sociedade civil organizada. Assim, foi operado por movimentos sociais, e correspondeu a aproximadamente 3% do total de empreendimentos do MCMV. Sobre o MCMV uma vasta literatura tem sido produzida tanto nas Ciências Sociais, como na Arquitetura e Urbanismo. Alguns deles são: Amore, Shimbo e Rufino (2015); Rizek (2014); Cardoso (2013); Lago (2011); Rolnik (2015).

⁵ O processo, desde o início da organização até a inauguração da cooperativa, durou 16 anos. Acompanhei o projeto em diferentes fases – o início da organização, como estagiária de Serviço Social da FBR e o processo de conclusão das obras e inauguração da cooperativa como pesquisadora (doutorado em Ciências Sociais na UERJ).

⁶ No que tange aos procedimentos metodológicos, cabe salientar que a pesquisa foi feita com base no método etnográfico de observação participante durante o período do doutorado. As informações aqui trazidas foram obtidas em diversas reuniões e assembleias do grupo, assim como em entrevistas formais (gravadas e realizadas geralmente nas casas dos moradores da Cooperativa) e, também, conversas informais.

feita (VIANNA, 2015), uma espécie de comprovação de que houve força para concluir a trajetória de luta e obter a recompensa final: a moradia.

A luta, no entanto, apresenta perspectivas bastante distintas no que concerne ao ponto de vista dos moradores e do movimento popular. Este é o ponto que busco abordar neste artigo. Se de um lado, o movimento de moradia encara, por exemplo, o mutirão como um “momento pedagógico” e de “união da comunidade”, os moradores encaram como o sacrifício necessário para alcançar seu objetivo. A luta pode estar relacionada aos trâmites burocráticos exigidos pelos diversos agentes do Estado – Caixa Econômica Federal, CEDAE, Light, Secretaria de Patrimônio da União; ao trabalho pesado das obras e a dificuldade de trabalhar em “regime de mutirão”; às dificuldades das mulheres que precisam conciliar o cuidado da casa, dos filhos e o *mutirão*; e por fim, a luta das lideranças do movimento para garantir o “caráter político” da cooperativa.

Autogestão, mutirão e significado político

Autogestão e o mutirão são categorias acionadas pelo movimento de moradia e pelos técnicos envolvidos na assessoria técnica como modos de operar. Não presenciei em nenhum momento durante a pesquisa de campo, por exemplo, uma discussão sobre adotar ou não o mutirão: este modo de construção aparece como um posicionamento do movimento e é colocado para os futuros moradores como condição. Todos precisam participar das assembleias e trabalhar na construção em regime de mutirão. Assim, compreende-se que mutirão e autogestão são categorias intrinsecamente associadas ao caráter político e coletivo do movimento e, portanto, da cooperativa, se configurando como condições não negociáveis.

Cabe salientar que é justamente o processo de autogestão e mutirão que confere ao grupo Esperança certo reconhecimento como um “caso virtuoso”, assim como a outras cooperativas construídas nestes moldes. É importante mencionar que muitas cooperativas construídas através de autogestão contam com a contratação de construtoras e grandes escritórios. Há, portanto, processos em que a população possui menos controle e acesso à gestão dos recursos envolvidos, e outros exemplos, como Esperança, que privilegiam o envolvimento das pessoas durante todo o processo: os denominados “casos virtuosos” (RIZEK, BERGAMIM e BARROS, 2003). Segue abaixo um trecho de um texto que consta no site oficial da UNMP:

A UNMP defende a autogestão como uma maneira não só de construir casas, bairros ou equipamentos sociais, mas como uma forma de construção de poder popular. Ao controlar recursos públicos e processos, lutamos contra o clientelismo e a manipulação do poder público sobre a população e as organizações sociais. Construímos alternativas de gestão onde somos sujeitos de nossa história.⁷

A narrativa que constrói a cooperativa habitacional como um exemplo virtuoso é baseada nas noções de “poder popular” e “autogestão”, operando com o objetivo de garantir o bem-estar coletivo, através da mobilização e articulação da sociedade e não visando o benefício material, opondo-se, portanto, à lógica do mercado (RIZEK, BARROS e BERGAMIM, 2003; ROLNIK, 2013; MINEIRO e RODRIGUES, 2012). O que está em jogo, de acordo com a narrativa do movimento, é uma proposta que se coloca na contramão da lógica do capital, e busca enfatizar a importância do valor de uso em detrimento do valor de troca.

⁷ “UNMP, Ofício ao Ministério das Cidades, abril de 2003”. A citação encontra-se no artigo “Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção” dos autores Edilson Mineiro e Evaniza Rodrigues.

A ênfase no valor de uso das casas ganha sustentação em um discurso – tanto dos técnicos que prestam assessoria quanto do movimento - que se baseia na ideia de “construção de comunidade”. Assim, o processo de autogestão e mutirão, construiria não somente um conjunto de casas, mas uma comunidade coesa e unida que opera pela noção de solidariedade. Os laços de solidariedade e união formariam hipoteticamente uma comunidade, no entanto, esta ideia parece gerar frustração posterior nos envolvidos: após a concretização da construção da cooperativa há uma tendência de não mobilização, união ou engajamento político conforme os moldes propostos pelo movimento. Huguenin (2012) analisando outra cooperativa habitacional criada por este mesmo movimento de moradia na região de Jacarepaguá menciona que grande parte dos moradores considera que a cooperativa “não funcionou como deveria”, pois, as pessoas não preservaram, após o mutirão, “laços de união e solidariedade”. Em outra ocasião, em Esperança, uma das lideranças locais me disse durante uma conversa informal: “depois que as casas foram construídas, o pessoal acha que o mundo acabou aqui. Não querem mais se mobilizar nem se organizar”, demonstrando a insatisfação em relação a esta tendência de não envolvimento em questões coletivas por parte dos moradores no período “pós-inauguração”.

A possibilidade de venda das casas também se configura como uma questão entre movimento e moradores. Considerando que não há forma legal de impedir que as pessoas vendam suas casas após o término da construção, as lideranças da União e os técnicos envolvidos costumam desencorajar este tipo de ato, enfatizando a necessidade de valorização da comunidade ali construída. A ideia de que “a casa não são apenas quatro paredes” é uma frase recorrente das lideranças, como é o caso de Jurema⁸, em uma sinalização de que existem valores que estão para além da construção da unidade habitacional. Enfatiza-se, assim, a dimensão de “construção da comunidade”. Em algumas ocasiões, em reuniões mais restritas a lideranças e coordenadores da cooperativa, argumentava-se sobre não informar aos futuros moradores sobre a possibilidade de venda. Assim, quando este assunto surgia, a estratégia era “fugir do assunto”. De acordo com Jurema, em uma destas reuniões “quem já quer saber se pode vender antes de terminar a obra está mal-intencionado”.

Em torno desta questão da venda das casas há um forte ponto de conflito: algumas pessoas que participam de grupos que pretendem formar outras cooperativas já mencionaram em conversas comigo que desejam ter a liberdade de vender suas casas caso assim decidam. Uma mulher do grupo Guerreiras⁹, me disse durante uma conversa que queria poder vender sua casa quando quisesse, afinal, ela já havia se mudado muitas vezes durante sua vida, e gostaria de se mudar novamente se assim fosse sua vontade: ela afirmava que também não achava justo ter que vender sua casa para o movimento pelo mesmo valor que pagou, porque desta forma, o dinheiro recebido não seria suficiente para comprar uma casa em outro lugar. O privilegiamento da lógica de mercado (MINEIRO e RODRIGUES, 2012) que opera em nossa sociedade em torno da moradia está na base deste conflito: a habitação é compreendida como um ativo financeiro (ROLNIK, 2014) também para as classes populares.

⁸ Jurema é uma das principais representantes da UMP-RJ, coordenadora nacional da UNMP e liderança importante em Esperança. Foi uma das principais interlocutoras desta pesquisa.

⁹ Grupo em fase de organização, também associado à UMP-RJ e da região de Jacarepaguá.

O engajamento político

As pessoas dizem que a única forma de mudar é pelas urnas. Mas ultimamente a gente tem se decepcionado. A gente não quer mais ir nas urnas, a gente não quer mais os políticos, a gente não quer mais as eleições. Eu acho que a forma de mudar é pela organização. A gente tem que fazer isso pra mais pessoas. As pessoas não entendem o que é a autogestão. As pessoas não acreditam que pode dar certo. (Nilde, Quilombo da Gamboa, julho de 2015)¹⁰

Esta fala da Nilde durante a reunião foi muito aplaudida pelos demais presentes. Tratava-se de um seminário, realizado na sede da CUT, onde estavam presentes coordenadores de diversos grupos vinculados à União – Quilombo da Gamboa, Esperança, Nova Esperança, Ipiiba, Guerreiras Urbanas e João Cândido. Além destes, estavam presentes também pesquisadores do IPPUR e da UFF, assim como os coordenadores da União.

No que se refere à luta pelo viés político da cooperativa há uma grande preocupação com o “engajamento do povo” em atos e manifestações que são organizadas pelo movimento para reivindicar o direito à moradia ao poder público. Além disso, há o desinteresse em discutir questões referentes à conjuntura política, o que leva as lideranças a acreditarem em uma falta ou uma falha na formação política “da base”, que seria composta pelas “famílias” que compõem a “plenária”. Em uma conversa com Claudio, coordenador da União, assim como Jurema, ele fez a mim os seguintes questionamentos: “O que tá acontecendo? Por que a gente não consegue mais falar para o nosso povo? O que você acha?” Claudio tem um histórico de atuação em sindicatos e tem aproximadamente 60 anos. Estávamos às vésperas do *impeachment* da presidente Dilma, em 2016. A pergunta de Claudio ecoou na minha cabeça justamente por ser uma pergunta que me foi feita de formas indiretas no decorrer da pesquisa: a dificuldade de diálogo e a dificuldade de conciliar as expectativas das coordenações, do movimento e das famílias. Em um momento posterior Claudio me deu a seguinte resposta para a pergunta que ele mesmo formulara: “é muito difícil falar para o povo hoje porque a gente tem que disputar com a Igreja (evangélica), a gente tem que disputar com a Globo. Eles manipulam e o pessoal acredita. É muito difícil”.

Na mesma reunião, em que Nilde fez a fala que abre o tópico deste artigo, Sandra, do grupo João Cândido complementou: “nós não podemos contar com os governantes. A gente tem que ir até os políticos e obrigar eles a fazer o que é direito nosso”. A fala indica mais uma vez a descrença na atuação dos políticos: só fariam algo “pelo povo” se fossem obrigados a isto. Será este descrédito dos “políticos” uma possível explicação para o pouco interesse nos atos e manifestações? Reivindicar do Estado, seria nesta visão, reivindicar dos “políticos” e de um sistema política cada vez mais desacreditado pelas pessoas? São alguns questionamentos que este episódio me provocou e para os quais não necessariamente há respostas fechadas.

O poder dos movimentos, conforme aponta Melucci (2001, 2002) é medido pela sua inserção na vida cotidiana e suas relações com as bases sociais. Assim, o fato de não conseguir “mobilizar” as pessoas para que participassem de atos organizados pelo movimento era visto como uma fragilidade, um problema a ser solucionado: como podemos “conscientizar” as pessoas sobre a questão política? Como fazer formações políticas nos grupos sem serem acusados de “doutrinação”? Como disputar a narrativa política com os líderes religiosos evangélicos e

¹⁰ Nesta reunião havia representantes de diversos grupos associados à União por Moradia Popular, inclusive de Esperança.

com as emissoras de TV? Essas questões eram colocadas com frequência em reuniões de coordenadores da União. A questão da “doutrinação” aparecia no sentido de não poder “obrigar” as pessoas a concordar com os posicionamentos políticos da União. Em algum momento foi colocado em pauta por uma liderança da União a possibilidade de atrelar a obrigatoriedade de participação em atos e manifestações para as famílias que compõem os grupos. Rapidamente a ideia foi descartada por se enquadrar em uma noção de obrigação, e portanto, “doutrinação”. As pessoas não poderiam assim ser forçadas a participar de manifestações políticas. Seria preciso, de acordo com o movimento, oferecer a base de formação política que as fizesse compreender a importância de tal participação.

Cabe destacar aqui também uma possível relação entre o “longo tempo de luta” e a visão das lideranças do movimento em relação à necessidade de maior engajamento político por parte dos moradores. Os procedimentos burocráticos dos diversos agentes e órgãos estatais que tornam o acesso à política de habitação pelos movimentos algo extremamente complexo e demorado poderiam ser “combatidos” através de maior organização no sentido de formular reivindicações ao poder público? Durante a pesquisa muitas vezes os participantes dos grupos pareciam reivindicar diretamente do movimento, como se não fizessem parte do mesmo e o movimento tivesse o papel de dar respostas às demandas de moradia. Muitas vezes ocorreram tensões e desentendimentos a partir disto: as lideranças do movimento se sentiam alvo de desconfiança, o que evidenciava certa frustração em virtude do não reconhecimento da “luta”, e sobretudo, do não reconhecimento dos participantes do grupo como parte deste movimento de luta por moradia.

Narrativas de sacrifício

Durante um seminário promovido pela União e pelo Observatório das Metrôpoles, no centro do Rio de Janeiro, Luciana Lago¹¹ contava que há alguns anos uma gerente do Crédito Solidário em Brasília deu o seguinte relato a ela: “quando disseram que eu tinha que lidar com movimento social fiquei sem entender. Eu não sabia o que era movimento social e tive que aprender na marra”. A gerente disse que levou um susto quando pela primeira vez as lideranças entraram na sala dela, pois “não sabia o que era reivindicação e como isso funcionava”. Jurema também relatou em diversos momentos dificuldades em relação ao diálogo com os técnicos da Caixa devido à frequente “dança das cadeiras”. Segundo ela, a Caixa muda os técnicos de setor sempre que o mesmo começa a ter uma maior proximidade com as lideranças dos movimentos: “a gente chega lá, procura o fulano, e aí falam pra gente que ele agora tá em outro andar”. Ou seja, para ela, há uma estratégia por parte de agentes do Estado que consiste em trocar funcionário que vai dialogar diretamente com o movimento social com o intuito de dificultar o andamento do processo.

Os empecilhos burocráticos tornam cada fase do processo extremamente demorada, sempre “emperrando” por conta de alguma burocracia. Um exemplo utilizado frequentemente é o episódio em que o grupo estava prestes a iniciar as obras, mas para isso precisavam registrar um contrato em cartório. Entre idas e vindas, dificuldades e empecilhos, demoraram um ano para conseguir realizar o registro.

¹¹ Luciana Lago é professora e pesquisadora do IPPUR/UFRJ, vinculada ao grupo de pesquisa intitulado Observatório das Metrôpoles, e possui vasta produção literária sobre políticas habitacionais e o MCMV.

Acho que o cartório tem que entender qual é a proposta e dar... Não que a gente queira ter privilégio, mas dar um tratamento diferenciado. Porque você ficar um ano no cartório pra liberar um contrato... A gente tem que tentar trabalhar isso com a Caixa, porque a partir do momento que a família assina, começa a contar tempo. Ela assina pra encaminhar pro cartório, se o cartório leva um ano... Você tá um ano de obra atrasada. Então acho que isso também dificulta muito o nosso trabalho.

O caso do cartório é um entre muitos que me foram relatados. Estes entraves burocráticos que envolvem negociações e diálogos com as diversas instâncias do poder público são os capítulos que compõem a “novela da contratação” (SANTO AMORE e RIZEK, 2014; CAMARGO, 2016). Uma vez assinado o contrato ainda são muitas as exigências e complicações que surgem em relação ao poder público para que de fato a construção da cooperativa habitacional seja iniciada, e posteriormente, concluída. Em janeiro de 2015, quando comecei a acompanhar o grupo Esperança para a pesquisa de campo, o problema que estava mobilizando e preocupando todos naquele momento era em relação à CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro). As obras estavam praticamente finalizadas, no entanto, para que as pessoas pudessem se mudar para as casas construídas, era necessário que o abastecimento de água fosse feito pela CEDAE. Durante uma reunião do grupo, uma das futuras moradoras presentes sugeriu que alguém fosse até a CEDAE para cobrar esclarecimentos sobre a demora da solução deste problema. Jurema estava presente e rapidamente respondeu:

Nem adianta a gente ir lá. Quem tem que ir é o Alexandre (arquiteto). Eu sei como é que é isso. Já fui lá cobrar essas coisas outra vez e eles chegam e falam ‘Você é arquiteta? É engenheira? Então não posso falar nada pra você. É assim que eles fazem.

A exigência de conhecimento técnico para que se possa estabelecer diálogo com a população, assim postergando soluções e desqualificando suas demandas é algo que ocorre com frequência. Há em jogo uma ilegibilidade (DAS, 2004) ordinária que é engendrada por um certo grau de opacidade nos planos e nas práticas governamentais (BIRMAN, FERNANDES e PIEROBON, 2014). A dificuldade de acessar informações relevantes para o processo de construção da cooperativa e os diversos empecilhos burocráticos que são parte da “novela da contratação” aparecem nitidamente como um determinado modo de operar das instâncias do Estado com relação às populações pobres e movimentos populares.

Na mesma reunião em que ocorreu a fala de Luciana Lago citada anteriormente, uma assistente social disse aos presentes: “*todos tem que lutar pra dar certo. Tem que estudar, ter conhecimento pra poder saber por onde lutar*”. As populações pobres aparecem muitas vezes como sujeitos insuficientemente socializados na lei, insuficientemente civilizados ou racionais, tendo, portanto, suas demandas desconsideradas (DAS e POOLE, 2008). As “lutas” em relação ao Estado, frequentemente representados por funcionários da Caixa e outros órgãos, são frequentes. Os representantes dos movimentos sociais envolvidos, na maior parte das vezes, conhecem bem estes caminhos, e constroem diferentes agências e agenciamentos (FERNANDES, 2015), ao formular suas reivindicações e demandas.

A “luta” surge diversas vezes, como uma espécie de “narrativa do sacrifício” (MIAGUSKO, 2011). São as idas e vindas, a vontade de desistir, a persistência de continuar participando de reuniões mesmo sem “garantias”, o atraso na execução das obras, o mutirão nos fins de semana, assembleias que terminam de madrugada, a vigília para “tomar conta do terreno”. Os relatos são permeados da ideia

de esforço e exaustão – são sempre “narrativas de sacrifícios”. Para o grupo Esperança, que conseguiu concluir a construção das moradias, o orgulho de não ter desistido parece se tornar emblemático desta luta bem-sucedida.

Desde as primeiras reuniões do grupo em questão até a inauguração da cooperativa Esperança muitas pessoas desistiram, embora as desistências ocorram principalmente no período que antecede a “assinatura do contrato”. Uma representante de um movimento de moradia de São Paulo afirmou durante uma reunião em que estive presente – e onde estavam diversos membros de cooperativas e futuras cooperativas habitacionais – que sempre que perguntavam para ela quanto tempo ia “demorar pra sair a casa” ela respondia: “vai depender da luta de vocês”.

Este objetivo aparece na fala da União e da FBR como um direito que é negado a determinada parte da população e que, portanto, deve ser alcançado através de “luta”. O “direito à moradia” aparece atrelado à noção de “direito à cidade”, categoria amplamente utilizada tanto na academia quanto por movimentos sociais urbanos, e que surge na década de 60 na obra de Henri Lefebvre, definido como uma “plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade, que mercantiliza o espaço urbano e o transforma em uma engrenagem a serviço do capital” (TRINDADE, 2012: 78).

As dificuldades do mutirão com frequência apareciam nas conversas com minhas interlocutoras do grupo Esperança. Cada núcleo familiar da cooperativa tinha a obrigação de cumprir 17 horas semanais de trabalho. Isto quer dizer que em famílias onde houvesse várias pessoas aptas a trabalhar no mutirão esta carga horária seria dividida, porém, no caso de famílias com apenas uma pessoa com condições de trabalhar no mutirão, a mesma teria que cumprir toda a carga horária sozinha. Esta regra parecia sobrecarregar principalmente as “mulheres sozinhas com filhos”, que precisavam se dividir entre o seu trabalho, cuidado da casa e dos filhos, e as 17 horas semanais de trabalho no mutirão. Embora a sobrecarga de trabalho no que se refere ao mutirão esteja muito presente nos relatos de minhas interlocutoras, também aparece uma certa familiaridade com o “trabalho na obra”.

É interessante mencionar que duas mulheres com quem conversei em Esperança mencionaram que já estavam “acostumadas a lidar com obra”, porque haviam acompanhado e participado do processo de construção na casa dos seus pais. O processo de autoconstrução de moradias, conforme apontam pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo, desde a década de 80, é extremamente comum nas classes populares, e esta construção geralmente se estende ao longo de muitos anos (MARICATO, 1982). Maricato (1982) também enfatiza que a lógica do mutirão e de uma “solidariedade forçada” se observa neste processo de construção de moradias das classes pobres. O processo de “bater a laje”, por exemplo, é um exemplo comum de etapa do processo de construção de moradia em colaboração, na maior parte das vezes contando com apoio de familiares (FELTRAN, 2010), mas também de vizinhos e amigos.

Considerações finais

A cooperativa Esperança é sem dúvida um caso de sucesso do movimento de moradia no Rio de Janeiro. A alta qualidade das moradias permanece como uma reafirmação desta luta bem-sucedida. Cabe refletir se sua virtuosidade está justamente em ser um caso excepcional, ou se haveria potencial para se sustentar enquanto política pública de moradia, uma vez que parte do pressuposto de que os moradores precisam construir suas próprias casas, às custas de jornadas exaustivas durante um longo período.

Busquei a partir destes fragmentos e questões levantadas construir algumas reflexões sobre as lutas presentes no processo de construção da cooperativa Esperança. A partir do exposto, trata-se de compreender as múltiplas formas de engajamento e luta dos moradores. Cada morador possui importância fundamental neste processo, ainda que os moldes de engajamento político propostos e defendidos pelo movimento de moradia nem sempre encontrem terreno fértil entre todos os membros do grupo. Destaco que não se trata de opor as narrativas e afirmar que o posicionamento do movimento e dos futuros moradores seja incompatível. Tratamos aqui de compreender os diferentes olhares e as dificuldades de conciliar o coletivo com o individual dada a sociedade na qual estamos todos inseridos. Trata-se também de reconhecer determinadas formas de lutas que nem sempre estão em consonância com aquelas esperadas e estabelecidas por movimentos politizados que buscam um engajamento político em moldes que nem sempre são compreendidos e almejados pelos futuros moradores.

A romantização de uma noção de comunidade presente na construção da cooperativa habitacional torna-se um ponto de destaque. Enquanto o movimento de moradia e mesmo os técnicos que compõem a assessoria técnica tendem a reafirmar um caráter coletivo baseado na noção de solidariedade, os moradores encaram o mutirão e todo o processo autogestionário como o sacrifício necessário, considerando que não havia para eles alternativa para acessar moradia de qualidade. O Minha Casa Minha Vida tradicional faixa 1, voltado para as camadas mais pobres da população, ficou conhecido por construir moradias de baixa qualidade e localizadas em áreas periféricas sem infraestrutura urbana básica.

As expectativas de um rompimento com a lógica do capital, salientando a necessidade de que o grupo deveria se desvencilhar do valor de troca e fomentar o valor de uso da moradia aparece por vezes como utópico: tanto para classes médias como classes populares a moradia se coloca como um importante ativo financeiro. Por fim, não cabem questionamentos quanto à virtuosidade do projeto e sua implementação, assim como em relação aos impactos extremamente positivos nas vidas das setenta famílias que compõem o grupo Esperança.

*Recebido em 1 de outubro de 2020.
Aceito em 12 de dezembro de 2020.*

Referências

BIRMAN, Patricia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana*, 20 (3), 2014.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da política 5), 1999.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social*, 27: 19-52, 2008.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, 53 (2), 2010.

FERNANDES, Adriana. “Dois agenciamentos e uma ocupação”. In: BIRMAN, P.; LEITE, P. M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. Sá. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2015. pp. 271- 302.

HUGUENIN, João Paulo Oliveira. *O território do homem comum: constituição e apropriação cotidiana do espaço em cooperativas habitacionais*. Dissertação de mestrado, UFRJ/FAU, 2012

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, [1968], 2008.

MARICATO, Erminia. “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In: MARICATO, Erminia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Editora Alfa Ômega, 1982.

MIAGUSKO, Edson. Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado. *Cad. CRH*, 24 (61), 2011

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. “Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção”. In: LAGO, Luciana (org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIZEK, Cibele. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: provisão de moradia no avesso da cidade? *Revista Cidades*, 11 (19), 2014.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTO AMORE, Caio; RIZEK, Cibele. “A inserção urbana através da produção do MCMV-Entidades no Estado de São Paulo: uma abordagem etnográfica de casos selecionados”. In: *Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 3. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014

TRINDADE, Thiago Aparecido. *Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade*. São Paulo: Lua Nova, 2012.

VIANNA, Adriana. “Tempos, dores e corpos: considerações sobre a ‘espera’ entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro”. In: BIRMAN, P.;

LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. (org.). *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ACENO, 7 (15): 109-120, setembro a dezembro de 2020. ISSN: 2358-5587
Dossiê Temático: **Formas de habitar, vizinhança e ação política**

The image shows the cover of the journal ACENO. The background is a deep red color with a faint, large-scale pattern of overlapping circles. The text is arranged in a clean, modern layout. At the top left, it says 'A Aceno recebe em' in a small, white, sans-serif font. Below this, the words 'FLUXO CONTÍNUO,' are written in a larger, white, all-caps font. To the right of this, the word 'ACENO' is written in a very large, white, all-caps font. Underneath 'ACENO', the text 'REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE' is written in a smaller, yellow, all-caps font. Below that, the ISSN number 'ISSN: 2358-5587' is written in a small, white, all-caps font. At the bottom right, the text 'QUALIS A3' is written in a small, white, all-caps font. In the center, there is a list of content types: 'artigos livres,' 'resenhas,' 'ensaios fotográficos,' and 'dossiês (propostas),' all in a white, sans-serif font. Below this list, there is a line of text: 'Interessados em atuar como pareceristas podem realizar seus cadastros no site', also in a white, sans-serif font.

A Aceno recebe em
FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).
Interessados em atuar como
pareceristas
podem realizar seus cadastros no site

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587
QUALIS A3